

"A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA": URBANIZAÇÃO E IMPACTO AMBIENTAL

Jefferson Aparecido Cordeiro¹, Lucilene dos Santos², Sandra Costa³, Gilson dos Anjos⁴

¹Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação, Rua Teruliano Delphim Jr. 181 Jd. Aquarius 12246-080 São José dos Campos – SP, je_apc@yahoo.com.br

¹Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação, Rua Teruliano Delphim Jr. 181 Jd. Aquarius 12246-080 São José dos Campos – SP, lusantos12@uol.com.br

¹Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação, Rua Teruliano Delphim Jr. 181 Jd. Aquarius 12246-080 São José dos Campos – SP, Sandra@univap.br

¹Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação, Rua Teruliano Delphim Jr. 181 Jd. Aquarius 12246-080 São José dos Campos – SP, e-mail

Resumo- Desenvolver e testar um projeto de ensino de Geografia, voltado para o estudo da relação entre urbanização e degradação ambiental, para a 3ª série do Ciclo II do Ensino Fundamental. Tendo em vista que o bairro D. Pedro I sofreu uma degradação ambiental provocada por uma urbanização acelerada de forma a abrigar a população de baixa renda num processo de desfavelização municipal ocorrido no final da década de 1980, trata-se de um estudo necessário a melhor contribuição na identificação das questões sociais presenciadas pelos alunos em sua realidade espacial local. A proposta do trabalho se destina a favorecer e criar situações que possam propiciar o aprendizado e a compreensão do aluno, bem como a importância da identificação com o que está sendo implementado e inserido num contexto maior, pois ao utilizar-se da realidade regional ou local, seja bairro, rua, escolas, o aluno se identifica como agente no sistema de transformações e desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação ambiental, ensino, geografia, método, urbanização.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

As reflexões sobre as questões pertinentes a uma Educação Ambiental num contexto mundial iniciou-se tardiamente em várias partes do mundo, praticamente no final do século XX. No Brasil segundo Loureiro (2004, p.76), a questão ambiental iniciou-se na década de 70 sob o signo da ditadura militar e durante muitos anos proliferaram discursos ingênuos e naturalistas de modo a se evitar a politização dos espaços educativos sendo que a Educação Ambiental ganhou visibilidade como instrumento de finalidade exclusivamente pragmática (em programas e projetos voltados para a resolução de problemas classificados como ambientais) e como mecanismos de adequação comportamental.

Em termos mundiais, numerosos relatórios redigidos desde o início dos anos 70 mostram que até um passado recente as pesquisas sobre ambiente vinham sendo feitas de forma também pragmática tanto no nível de problemas gerais quanto no dos mais específicos.

Tendo em vista tantos desafios mundiais acerca da questão ambiental, ocorreu em 1992 no Rio de Janeiro, a “Conferência Internacional Rio/92”, na quais cidadãos representando

instituições de mais de 170 países assinaram tratados do qual se reconhece o papel central da educação para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, o que requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário”. Neste contexto o Brasil reafirma a aplicação da Educação Ambiental no Brasil, assumida como obrigação nacional pela Constituição promulgada em 1988.

Para tanto, o tema Meio Ambiente é inserido na educação básica como tema Transversal no currículo escolar, sendo abordado não somente na Geografia mais nas demais disciplinas curriculares.

Contudo, considera-se importante conhecer e refletir sobre a educação ambiental no âmbito educacional do Brasil, uma vez que os resultados possam permitir que se estabeleçam propostas de novos projetos de ensino-aprendizagem para formação mais atrativa e produtiva no ensino da educação básica.

Materiais e Métodos

A metodologia a ser aplicada neste Trabalho de Graduação procurou iniciar sua

pesquisa com levantamentos de referências teóricas para leituras a cerca do tema “Educação ambiental no ensino de geografia” e “urbanização e impactos ambientais”, estas leituras foram realizadas utilizando-se de livros, artigos, PCNs e sites de Internet.

Elaboramos um questionário para ser aplicado aos alunos da 7ª série do Ensino Fundamental. As perguntas se referem ao bairro D. Pedro I, sendo o bairro onde os aluno moram e que é o foco principal de nossa pesquisa.

Utilizaremos recursos e informações mais precisas da Secretaria de Planejamento do Município para obtermos informações referentes ao bairro D. Pedro I.

A partir dessas informações, partiremos para o planejamento da metodologia a ser aplicada aos alunos da 7ª série, seguindo para uma avaliação e aplicação final de uma metodologia de trabalho.

Discussão

A importância da geografia como objeto de análise e transformação do espaço geográfico. Para entender a importância da geografia como objeto de análise é necessário conhecer a origem do seu surgimento enquanto disciplina escolar, do qual ocorreu a pouco mais de um século, na Alemanha em 1880, nascendo primeiramente como uma disciplina extremamente descritiva, que não se preocupava em explicar os fatos mais apenas descrevê-los. No entanto, essa geografia passou por vários questionamentos e críticas, da qual percorreu um longo processo de mudanças em sua forma de abordagem. Desde então a geografia vivenciou várias correntes, chegando até o movimento da Geografia Crítica, que foi fortemente influenciada pelo movimento progressista em torno da educação. Havia uma insatisfação em relação a geografia descritiva, neutra e acritica, provocando debates e discussões em relação ao objeto da geografia e seus métodos a serem aplicados a realidade geográfica. Contudo a Geografia Crítica muito contribuiu para a prática pedagógica inserida na educação escolar, na medida em que, segundo OLIVEIRA (1998, P.142), “a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nelas se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza”. E também segundo (OLIVEIRA, 1998,P 141), a geografia deve “desenvolver no aluno a capacidade de observar, analisar, interpretar e pensar criticamente a realidade tendo em vista sua transformação”.

Numa outra discussão segundo alguns autores, a grande maioria dos professores da rede de ensino percebe que o ensino da Geografia

acaba não satisfazendo os alunos e nem mesmo os professores que o ministram. A precariedade da educação em nosso país, decorrente de uma condição histórica, vem influenciando o processo de ensino e aprendizagem. Acredita-se que isso se deve a pouca disponibilidade de recursos existentes, fruto do baixo investimento na área da educação e na formação de novos profissionais. A grande dificuldade, então, é utilizar-se desse pouco recurso existente no processo do ensinar e do aprender, de forma que o conhecimento se torne mais atrativo.

A Geografia, assim como as demais ciências que fazem parte do currículo de Ensino Fundamental e Médio, procura desenvolver no aluno a capacidade de observar, analisar, interpretar e pensar criticamente a realidade, tendo em vista a sua transformação.

Sabendo que essa realidade é uma totalidade que envolve sociedade e natureza, cabe à geografia levar a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos, relacionando suas desigualdades e contradições, bem como as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza.

A Geografia tornou-se uma fonte importante do conhecimento como ciência social, implicando diretamente nas transformações mundiais, que se dão, no caráter da espacialidade de toda prática social onde há uma dialética entre o homem e o lugar, pois este espaço contribui para a formação do ser humano, contudo isto provoca alterações e transforma o espaço.

Essa dialética deve ser compreendida pelos alunos para que possam tomar consciência de que eles e toda a sociedade são agentes no espaço, ou seja, são sujeitos das transformações ocorridas no lugar onde vivem, ou não. Este espaço se refere tanto à realidade micro (sua rua, seu bairro e a região), quanto na macro (sua cidade, seu estado, país e continente), sendo necessário analisar suas estruturas.

Diante dessa dialética existente, tendo o homem como sujeito do processo de transformação do espaço, faz-se necessário à aplicação de uma proposta de ensino e aprendizagem sócio-construtivista, da qual o aluno é ativo, por sentir-se sujeito desse processo, que o professor também seja ativo, porque é ele quem faz a mediação do aluno com o objeto, tendo como base importante a observação, localização, relação, compreensão, descrição, expressão e representação, promovendo a auto-reflexão do aluno.

Tomando como referência o livro “Geografia, escola e construção de conhecimentos” de Lana de Souza Cavalcanti, verificamos a importância da Geografia como forma de compreensão e amadurecimento do

aluno em relação à vivência cotidiana de cada um e ao espaço em que está inserido, tomando consciência de que cada pessoa é sujeito ativo deste processo.

No entanto o professor de geografia deverá buscar um aprofundamento nos diversos conceitos existentes e pertinentes à percepção do aluno a estas questões.

Em relação a estes conceitos a autora enfatiza alguns pontos fundamentais a serem observados e que devem ser levados em conta juntamente com a subjetividade do aluno, pois o ensino visa a aprendizagem ativa dos alunos, considerando suas experiências e seu cotidiano, inseridos num contexto social.

Tomando a sociedade como um dos objetos de estudo da Geografia, Corrêa aponta seus conceitos fundamentais. “Como ciência social a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território”.

Outros autores também enfatizam essas categorias, destacando sua importância para o ensino aprendizagem.

Promover a discussão teórico-metodológica sobre o lugar na ciência geográfica ultrapassando a idéia de um simples conceito de localização, discutindo com o aluno os seus conceitos e noções subjetivas ligando-as ao conceito teórico.

O conceito de paisagem também deve ser abordado, propiciando não só uma descrição visível do lugar, mas como indica a geografia da percepção “Uma composição mental resultante de uma seleção e estruturação subjetiva a partir da informação emitida pelo entorno, mediante o qual este se torna compreensível ao homem e orienta suas decisões e comportamentos”, da qual verifica-se os signos que estruturam a paisagem.

A região deve ser estudada como sendo imprescindível no conteúdo da geografia, relacionando-a a percepção do aluno frente às teorias do conceito de região.

O território também deve ser compreendido contextualizando suas relações e conceitos, propiciando uma reflexão mais ampla de poder e territorialidade.

A Educação Ambiental como proposta de abordagem no ensino. A questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, de novos caminhos e modelos de produção de bens, para suprir necessidades humanas, e relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e exclusão social, e, ao mesmo tempo, que garantam a sustentabilidade ecológica. Isso implica um novo universo de valores no qual a

educação tem um importante papel a desempenhar.

Segundo o PCN, “A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação”.

“O objeto da Geografia é o espaço geográfico, a transversalidade da questão ambiental é de uma evidência notável, quase havendo uma assimilação de um recorte no outro. Não há como se praticar a Geografia sem considerar-se boa parte dos temas levantados na questão ambiental, afinal, o que se chama “Degradação do Meio Ambiente” e “Impacto ambiental” refere-se ao núcleo dos estudos geográficos, pois nesse caso está se falando da construção do espaço pelo ser humano.” (Artigo: Educação Ambiental, Brasília: MMA, 2000)

Aprofundando essa questão, identificamos na obra do autor Genebaldo F. Dias, um referencial onde em sua obra “Educação Ambiental: princípios e práticas”, propõe justamente situar o aluno da sua relação com o seu entorno, despertando o interesse por sua realidade e podendo relacioná-la com algo maior, global. “O imediatamente vivenciável permite uma aprendizagem mais efetiva”. Da qual Genebaldo F. Dias cita Edgar Dale, autor de “Cone de Experiências”, que propõe formas alternativas de se trabalhar o tema dentro da escola, relacionando a problemática da comunidade, de forma a atingir mais rápido o aluno, fugindo do tradicionalismo.

Produzindo situações, que permitam aos alunos compreender os complexos mecanismos que acionam, por exemplo, o sistema urbano e a utilização dos recursos naturais.

O autor acredita que o desenvolvimento e o cuidado com o meio ambiente são necessidades permanentes e pode existir, se o investimento na educação para a ativa participação e conscientização dos cidadãos ocorrer.

Discutir e aplicar conceitos e projetos sobre a educação ambiental faz-se pertinente à educação, pois está relacionado ao fato do tema “Meio Ambiente” ser abordado como tema Transversal nos PCN, do qual deve ser abordado não só pela Geografia, mas por todas as demais disciplinas.

Segundo os PCN, “A preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno — seu meio, sua comunidade — não é novidade. Ela vem crescendo especialmente desde a década de 60 no Brasil. Exemplo disso são atividades como os

“estudos do meio”. Porém, a partir da década de 70, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou-se a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental” para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não-governamentais por meio das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais. Um importante passo foi dado com a Constituição de 1988, quando a Educação Ambiental se tornou exigência a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais (artigo 225, § 1o, VI)8 .”

É preciso romper a barreira do pensar o processo de ensino e aprendizagem de forma deslocada da realidade do aluno e distante de seus interesses e expectativas. Dentro deste processo, analisando os PCN, percebe-se, em seus objetivos, a necessidade de se considerar os conhecimentos pré-estabelecidos do aluno, como aqueles de seu meio social, familiar, as influências culturais que ele possui, que podem estar ligadas de várias formas (religião, mídia, crença...).

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é de demonstrar a vinculação e os pontos em comum entre o campo de discussão da questão ambiental e os campos de discussão próprios da disciplina, colocando em foco a ligação contínua dos acontecimentos.

Para tanto é necessário que o professor procure estar inserido às questões do tema transversal, no caso o meio ambiente (Educação Ambiental), buscando alguma familiaridade com a linguagem de discussão em questão, de forma a traçar paralelos e elaborar as ligações com o que, em tese, já deveria estar discutindo. O profissional da educação então necessita estar em constante relação, com as informações sociais e realidades existentes no cotidiano, de forma a envolver seus alunos no conteúdo e sua transversalidade.

“O trabalho escolar deve se preocupar em unir os temas com o social, trabalhando como uma entidade territorializada, isto é, plenamente inserida na comunidade, a escola pode se tornar um corpo vivo, que educa, produz conhecimento, gera cidadania, e assim se transforma em um ente dinâmico de transformação social.” (Artigo: Educação Ambiental, Brasília: MMA, 2000).

Contudo, diante da realidade da educação em nosso país, indicamos alternativas para se trabalhar a realidade próxima do aluno, propiciando uma nova relação e reflexão a cerca do espaço da comunidade, possibilitando viabilizar um aprendizado de maneira mais dinâmica, tornado atrativo e interessante sempre interligando as ações de seu cotidiano. Esse processo de focalizar a localidade e o seu cotidiano, contribuindo com a construção de sua idéia de mundo, estão incluídas como um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Para tal objetivo ser alcançado utilizaremos como referência a Educação Ambiental sendo esta uma das vertentes do conhecimento, por se tratar de um tema atual e de responsabilidade não só da escola, mas de todo um contexto social.

Acredita-se que o espaço escolar seja uma parte importante do processo de conscientização e desenvolvimento intelectual do aluno, propiciando despertar o senso crítico em relação ao meio ambiente e a sua degradação ocorrida em decorrência de um processo de desenvolvimento e urbanização acelerada, contribuindo para que o aluno adquira mais amadurecimento e interesse em compreender a preservação deste meio ambiente, sendo este um papel não só da geografia mais de todas as demais disciplinas curriculares.

Urbanização e seus Impactos. O processo de desenvolvimento tecnológico ocorrido a partir da Revolução Industrial, fez com que o ser humano superasse cada vez mais seus limites de intervenção ao meio ambiente, esses avanços tecnológicos não levam em conta a relação homem-natureza dialeticamente intrínseca, e essenciais ao equilíbrio natural da vida. Contudo esta tecnologia promove valores antropocêntricos, consumistas e conseqüentemente destrutivos, causando grandes impactos ambientais, promovendo uma segregação espacial excludente.

Segundo GUIMARÃES (1995, P.35) “ O meio urbano, onde vive grande parte da população humana, apresenta pela própria característica do modelo das grandes cidades em um processo de intenso crescimento urbano desordenado, principalmente nos países subdesenvolvidos, trazendo em si uma forte tendência de tornar-se um ambiente degradado”.

Conforme GONÇALVES (2004. P 82) “é grande o impacto ambiental provocado pelo aumento da concentração de população em alguns pontos do espaço geográfico, seja em cidade, seja em periferias. A concentração geográfica implica por si mesma, questões ambientais que não se colocam quando a população está dispersa nas áreas rurais, como lixo, o abastecimento de água, o saneamento básico, quando, enfim, a saúde pública se torna um problema ambiental de grande envergadura”.

A discussão em torno da urbanização deixa clara a interferência que o homem exerce no meio natural, interferindo na paisagem e nas condições de vida dentro dos centros urbanos, devido a uma falta de planejamento.

Conclusão

Nosso trabalho vem realizando questionários com alunos da 7ª série, e ainda estamos concluindo nosso trabalho, porém estes questionários refletem o interesse dos alunos por um método diferente de ensino, e de uma nova maneira de falar e estudar sobre seu próprio bairro, há muito ainda o que fazer para podermos concluir este trabalho.

Referências

- Artigo: Educação Ambiental, Brasília: MMA, 2000
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. 3. ed. Campinas: **Papirus**, 2001.
- DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental - Princípios e Práticas**. 3. ed. São Paulo: Gaia. 1992
- GUIMARÃES, Mauro. A Dimensão Ambiental na Educação. Campinas: Papirus, 1995.
- Parâmetros Curriculares Nacionais
- LOUREIRO, C. F. B.. Educação Ambiental Transformadora. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente 2004. Disponível em www.blues.uab.es/